

Seguindo em fileira: dimensões simbólicas do “apoio popular”, da “confiança” e da polarização política na Marcha do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra

Following in single file: symbolic dimensions of “popular support”, “trust”, and political polarization in the Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra March

Mariana Pitasse Fragoso

Programa de Pós-Graduação em Antropologia, Universidade Federal Fluminense, Niterói, Rio de Janeiro, Brasil

RESUMO

Neste artigo, reflito sobre as dimensões simbólicas projetadas através da “Marcha Nacional Lula Livre”, organizada pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, em agosto de 2018, nos arredores de Brasília, no Distrito Federal, com o objetivo de manifestar apoio político ao ex-presidente Lula. Dessa forma, trato sobre o contexto sociopolítico de polarização que antecedeu a eleição presidencial brasileira no mesmo ano e a ascensão da extrema-direita ao poder Executivo. A análise tem como ponto de partida a descrição dos dias de manifestação, que integrei como “marchante” e membro da equipe de comunicação, durante a pesquisa de campo realizada para construir minha tese de doutorado e seus desdobramentos desenvolvidos em pesquisa subsequente de estágio pós-doutoral. Uma etnografia, portanto, construída a partir das posições simultâneas de jornalista, pesquisadora e nativa. Com base na descrição, discuto sobre o simbolismo político construído em torno do “apoio popular”, que o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra projeta como representação através da reunião e mobilização de acampados, assentados e militantes do movimento. Em seguida, analiso a dimensão simbólica construída em torno da organização estrutural do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, pautada no compromisso com a própria sociabilidade do movimento, que demanda continuamente a reafirmação do engajamento militante como garantia da “confiança” e alimenta sua “mística” de funcionamento. Ao mesmo tempo, situo a mobilização no cenário de acirramento da polarização, que foi responsável por reorganizar o espaço político brasileiro nos últimos anos.

Recebido em 19 de setembro de 2025.

Avaliador A: 20 de janeiro de 2026.

Avaliador B: 22 de janeiro de 2026.

Aceito em 18 de maio de 2026.



Palavras-chave: Confiança, Apoio popular, Polarização, Marcha, Mística.

ABSTRACT

In this article, I reflect on the symbolic dimensions projected through the “Lula Livre National March” organized by the Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra in August 2018, on the outskirts of Brasília, in the Federal District, with the aim of demonstrating political support for former president Lula. Thus, I address the sociopolitical context of polarization that preceded the Brazilian presidential election in the same year and the rise of the far-right to the Executive branch. The analysis has as its starting point the description of the days of protest, which I joined as a “marcher” and member of the communication team, during the field research carried out for my doctoral thesis and its developments, which are being pursued in subsequent postdoctoral research. Based on the description, I discuss the political symbolism built around “popular support”, which the Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra projects as representation through the gathering and mobilization of encampment dwellers, settlers, and activists of the movement. Subsequently, I analyze the symbolic dimension constructed around the structural organization of the Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, based on a commitment to the movement’s own sociality, which continuously demands the reaffirmation of militant engagement as a guarantee of “trust” and fuels its operational “mystique”.

Keywords: Trust, Popular support, Polarization, March, Mystique.

INTRODUÇÃO

O calor que fervia a pele vinha de cima, do sol, que tocava sobretudo a cabeça, os ombros e os braços, mas também vinha de baixo, do asfalto quente, que parecia derreter e ao mesmo tempo emitia ondas que tomavam forma aos olhos. Mesmo com a intensidade do calor, milhares de pessoas organizadas em fileiras paralelas e longas caminhavam quilômetros por dia em percursos traçados entre as três principais rodovias que ligam o interior do país à Brasília, no Distrito Federal.

De longe, as ondas de calor que subiam do asfalto quente se confundiam com a multidão de pessoas que se locomovia de forma lenta, carregando bandeiras e vestindo os mesmos bonés e camisetas vermelhas. Os “marchantes”, como eram chamados os que caminhavam, seguiam pelas rodovias acompanhados por caminhões com estruturas de som - que emitiam discursos, músicas e informações organizativas da caminhada - e caminhões pipa, que transportavam água

para matar a sede durante o percurso. Uma das falas repetidas pelos caminhões de som era justamente o lembrete pela hidratação e a proteção solar dos “marchantes”, além do alerta para que procurassem os coletes brancos da equipe da saúde, caso se sentissem mal.

Apesar de presente na maior parte do tempo, não era o dia todo que o calor causava incômodo. Isso porque caminhar na beira da estrada é definitivamente muito diferente de dormir na beira da estrada, sobretudo nos arredores de Brasília com temperaturas que mudam drasticamente em 24 horas. As manhãs quentíssimas se contrapunham ao frio intenso que chegava durante a noite e se estendia pela madrugada. Mesmo para quem, como eu, tinha uma barraca coberta por lona, como estrutura para a chuva e o frio, além de um saco para dormir adaptado para baixas temperaturas, os cabelos amanheciam frios e molhados pelo sereno que caía durante a noite. No dia seguinte às noites geladas, a marcha continuava e no decorrer da caminhada, com o despontar do sol, não demorava muito para que as pessoas tirassem as camadas de blusas que vestiam para voltar a encarar as altas temperaturas. E, de novo, o calor, o suor, os lembretes de hidratação e proteção solar.

O cenário descrito acima, que será detalhado mais à frente neste texto, apresenta uma breve passagem sobre a última “marcha nacional” organizada pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST)¹, realizada em agosto de 2018, que acompanhei durante a pesquisa de campo realizada para construir minha tese de doutorado² e também para a pesquisa subsequente desenvolvida durante meu estágio pós-doutoral. Desde agosto de 2018 até meados de 2025, quando este texto foi escrito, nenhuma outra manifestação neste formato e proporção havia sido organizada pelo movimento.

O propósito deste artigo é refletir sobre as dimensões simbólicas projetadas através da Marcha de 2018, em meio ao contexto sociopolítico que antecedeu a eleição presidencial brasileira no mesmo ano e a ascensão da extrema-direita ao poder Executivo. Para isso, primeiro, analiso a dimensão simbólica construída em torno do “apoio popular”, que o MST projeta através de acampados, assentados e militantes do movimento. Em seguida, discuto sobre a dimensão simbólica construída em torno da organização estrutural do MST, pautada no compromisso com a própria sociabilidade do movimento, que demanda continuamente a

1 A partir da Constituição de 1988, fica determinado a desapropriação da grande propriedade de terra improdutiva em razão do interesse público e do respeito à função social, como por exemplo, a desapropriação da terra para fins de reforma agrária ou para a criação de reservas ecológicas. Nesse momento, organizações, como o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), se formam no país para reivindicar o direito. O MST definiu o seu primeiro encontro realizado em janeiro de 1984, na cidade de Cascavel, estado do Paraná, como a data de sua fundação. Nestas mais de três décadas de existência, o MST conviveu com diferentes conjunturas da questão agrária e política do país.

2 A tese se tornou livro intitulado “‘Confiar, desconfiando’: uma etnografia sobre confiança, política e informação em um jornal alternativo”.

reafirmção do engajamento militante como garantia da “confiança” e alimenta sua “mística” de funcionamento.

Com inspiração nas romarias religiosas, as marchas nacionais são protestos construídos pelo MST, em diferentes momentos de sua trajetória, desde meados dos anos 1990. Isso porque a fundação do MST recebeu suporte da Comissão Pastoral da Terra (CPT), vinculada à corrente teológica cristã, constituída na América Latina, nomeada como Teologia da Libertação³. Ao longo dos anos, com o crescimento do MST, esse suporte foi sendo ampliado através de uma pedagogia de reflexão sobre a “realidade concreta” em relação com o texto bíblico, desenvolvida nas Comunidades Eclesiais de Base (Stédile; Mançano, 1996; Caldart, 2000).

A partir desse processo de formação, as marchas construídas até 2018 foram estruturadas tendo como tema principal as reivindicações pela reforma agrária, por direitos trabalhistas e contra a criminalização do movimento e de seus militantes. A primeira grande marcha do MST foi organizada em 1997, com a intenção de protestar por punição aos responsáveis pelo assassinato de 19 trabalhadores rurais no interior do Pará. O caso havia acontecido um ano antes da mobilização e ficou conhecido como Massacre de Eldorado dos Carajás⁴. Além da reivindicação por justiça, a marcha também foi construída em torno da mobilização por reforma agrária e emprego. Segundo informações divulgadas pelo MST⁵, cerca de mil pessoas integraram a mobilização, percorrendo mais de mil quilômetros durante dois meses e chegando em Brasília no dia 17 de abril de 1997.

A Marcha de 1997 alcançou ampla repercussão midiática, tornando os “marchantes” e o MST protagonistas do cenário político nacional. Conforme argumenta a antropóloga Christine Chaves (2000), em etnografia produzida no contexto da mobilização, o MST tornou-se um símbolo sobretudo a partir desse grande protesto, definido pela pesquisadora como uma das maiores manifestações públicas ocorridas na capital, comparada apenas ao comício pelas eleições diretas, em 1984. Os passos da marcha e, principalmente, a chegada triunfal a Brasília são destacados pela pesquisadora como foco do conteúdo produzido e publicado nos meios de comunicação, através de emissoras de televisão e rádio, revistas e jornais — nacionais e estrangeiros — e também pela internet.

Outras grandes marchas foram organizadas pelo MST nos anos de 1999 e 2005, mas não

3 A Teologia da Libertação foi pautada especialmente na Igreja Católica, na década de 1960, com o objetivo de analisar a realidade social a partir da perspectiva dos pobres e oprimidos, buscando a sua “libertação” através de ações sociais e políticas.

4 Em 17 de abril de 1996, 19 trabalhadores sem-terra foram assassinados por policiais militares no Pará, após o bloqueio de uma rodovia feito pelos militantes. Com a repercussão do caso, a organização internacional que reúne movimentos sociais, Via Campesina, declarou o 17 de abril como o Dia Internacional de Luta pela Terra.

5 Informações disponíveis em: <https://mst.org.br/2022/02/17/relembre-4-marchas-historicas-do-mst/>. Acesso em: 11 maio. 2025.

com a mesma repercussão da primeira organizada em 1997. A de 1999 teve duração de 72 dias e percorreu 1600 quilômetros, com o objetivo de denunciar as medidas do governo Fernando Henrique Cardoso (FHC) contra as pautas da reforma agrária no país. Já a de 2005 durou 15 dias e percorreu cerca de 230 quilômetros, para cobrar que o primeiro governo de Luiz Inácio Lula da Silva cumprisse as metas do Plano Nacional de Reforma Agrária.

Além de serem pautadas no noticiário político nacional, essas e outras marchas construídas em menor escala pelo MST em diferentes regiões do país, foram temas de outras pesquisas realizadas no campo da Antropologia e das Ciências Sociais, sobretudo a partir do ponto de vista ritual da manifestação e da investigação sobre o poder de mobilização alcançado pelo movimento (Chaves, 2000, 2021, 2022); também a partir das noções de espacialização e territorialização abrangidas pelas mobilizações (Alencar; Diniz, 2011); ainda como experiência para construção de outras manifestações, como os protestos feministas da Marcha Mundial das Mulheres no Brasil (Costa; Schwade, 2012).

No caso da marcha de 2018, objeto de análise deste artigo, o intuito foi diferente das anteriores, sendo a primeira a abordar uma temática que se distanciava dessas reivindicações históricas e se relacionava diretamente à disputa eleitoral para a Presidência da República que seria realizada naquele ano. Intitulada “Marcha Nacional Lula Livre”, a caminhada foi organizada com o propósito de se tornar uma grande manifestação contra a prisão do ex-presidente Lula⁶ e de mobilizar capital simbólico de apoio ao Partido dos Trabalhadores (PT)⁷ na disputa eleitoral do mesmo ano. Para isso, após percorrer o trajeto de 50 quilômetros, os “marchantes” se organizaram em um ato político em Brasília, em frente ao Tribunal Superior Eleitoral (TSE), para realizar o registro da candidatura de Lula à Presidência da República.

A prisão de Lula aconteceu no mesmo ano, em 7 de abril de 2018, após o ex-presidente se entregar à Polícia Federal (PF) no Sindicato dos Metalúrgicos do ABC, em São Bernardo do

6 Lula foi preso e condenado a 12 anos e um mês de prisão pelos crimes de corrupção e lavagem de dinheiro, no processo que trata do triplex em Guarujá (SP). A prisão foi executada com base na decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) que autorizou prisões após o fim dos recursos na segunda instância da Justiça. Lula permaneceu preso por 580 dias. No dia 8 de março de 2021, o ministro Edson Fachin, do STF, anulou as condenações de Lula no âmbito da Lava Jato, por considerar que o Tribunal Regional Federal da 4ª Região julgou o processo fora da área de sua jurisdição. A decisão atendeu um pedido de *habeas corpus* impetrado pela defesa do ex-presidente em novembro de 2020. Com isso, Lula recuperou seus direitos políticos. Em 15 de abril de 2021, o plenário do STF, em sua maioria, anulou oficialmente as condenações do ex-presidente feitas pelo então juiz Sérgio Moro no âmbito da Lava Jato.

7 Fundado em 1980, o Partido dos Trabalhadores (PT) é um partido político brasileiro que se identifica como parte do espectro político de centro-esquerda à esquerda. Em 2003, com a posse de Lula como Presidente da República, o partido passou a comandar pela primeira vez o Executivo brasileiro. Lula reelegeu-se em 2006, terminando seu mandato como o presidente mais bem aprovado de todos os tempos e com o recorde mundial de 87% de aprovação, e foi sucedido em 2011 por Dilma Rousseff, sua ministra-chefe da Casa Civil. Dilma foi reeleita em 2014 por uma margem estreita e deixou a presidência em agosto de 2016, após seu pedido de impeachment ser aprovado pelo Congresso Nacional. Lula foi novamente eleito em 2022 a um terceiro mandato.

Campo, na Grande São Paulo. O ex-presidente ficou preso até o dia 8 de novembro de 2019, depois de o Supremo Tribunal Federal (STF) ter derrubado a prisão de condenados após decisão em segunda instância. Dessa maneira, a candidatura registrada após a marcha em agosto de 2018 não foi consolidada. A chapa que havia sido registrada, formada pelo ex-presidente, foi substituída por outra capitaneada por seu parceiro político Fernando Haddad⁸ (PT) e Manuela D'Ávila⁹ (PCdoB).

A substituição da chapa não foi uma surpresa para quem participou da marcha, pelo contrário, já estava prevista desde o momento de sua organização. Todas as análises e previsões políticas feitas por militantes do PT e do MST, neste contexto, apontavam que Lula não seria solto tão cedo. A marcha, nesse sentido, não tinha o enfoque no registro da candidatura em si, mas em publicizar apoio político a Lula através da militância do MST. Descrevo de forma mais detalhada a seguir a construção da marcha e como estive inserida neste contexto para desenvolver a pesquisa de campo.

“UMA MARCHA COMO A DE 1997” EM CONTEXTO DE POLARIZAÇÃO

Dois dias antes de Lula se entregar à Polícia Federal (PF) e ser preso, houve uma grande manifestação de apoiadores durante dois dias nos arredores e na parte interna da sede do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC, em São Bernardo do Campo, em São Paulo. Após a celebração ecumênica, feita do alto de um caminhão de som como parte do segundo dia de mobilização, Lula fez um discurso emocionado, ao lado de um grupo de apoiadores formado por parlamentares, lideranças religiosas, representantes de movimentos sociais e sindicatos, e anunciou a uma multidão de pessoas, que o assistia do asfalto, que havia tomado a decisão de se apresentar às autoridades para “cumprir com a lei”, mas que resistiria à injusta prisão e seguiria lutando para provar sua inocência. Desde esse momento da prisão e da sua posterior repercussão, noticiada no Brasil e em diversos países do mundo, o MST encabeçou diversas atividades - entre protestos, atos, manifestações, vigílias, jejuns coletivos - para demarcar apoio ao ex-presidente: a maior delas seria a organização de uma marcha até Brasília.

Em meados do mês de abril de 2018, semanas após Lula se entregar à prisão, assim

8 Fernando Haddad é professor universitário e político brasileiro, filiado ao PT e atual ministro da Fazenda do Brasil. Foi ministro da Educação de 2005 a 2012, nos governos Lula e Dilma Rousseff e prefeito da cidade de São Paulo de 2013 a 2016.

9 Manuela d'Ávila é escritora e política brasileira. Foi deputada federal pelo Rio Grande do Sul entre 2007 e 2015, deputada estadual de 2015 a 2019.

que tive a confirmação de que marcha aconteceria, em uma conversa de corredor com outros jornalistas que eram meus colegas de trabalho do núcleo central do jornal *Brasil de Fato*¹⁰, localizado em São Paulo, chamado Centro Popular de Mídias (CPMídias)¹¹, me inscrevi para colaborar com a cobertura da manifestação. Nestas conversas de corredor e, em outras que presenciei durante reuniões com lideranças do MST, os comentários feitos eram de que a mobilização seria como a maior já organizada pelo movimento: a Marcha Nacional de 1997.

Neste momento, eu era editora do *Brasil de Fato* no Rio de Janeiro e estava iniciando a pesquisa de campo para construção da minha tese de doutorado, a partir de uma tripla vinculação assumida durante o processo: de antropóloga, de jornalista e de nativa. Discuto propriamente sobre esses posicionamentos simultâneos em outros trabalhos (Fragoso, 2024a; 2024b)¹², mas neste texto cabe destacar que a partir deles fiz uma investida ao me inscrever para cobrir jornalisticamente a marcha. Chamei o meu movimento de investida porque não me foi passado como uma demanda o trabalho, ao contrário, eu procurei por ele voluntariamente porque estava interessada e curiosa em acompanhar uma mobilização tão importante como estava sendo anunciada entre a militância. Incluí meu nome na lista ao lado de dezenas de jornalistas que foram escalados para cobrir o evento, de forma não voluntária.

Eu havia acabado de assumir o cargo de editora no Rio de Janeiro e, a partir do *status* da função que passei a ocupar, após me voluntariar, fui inscrita na cobertura como uma das coordenadoras de comunicação de uma das colunas da marcha. A mobilização havia sido planejada com mais mil “marchantes” - entre acampados, assentados, militantes e apoiadores - e dividida a partir de três colunas, ou seja, grupos de pessoas de diferentes regiões do país, que foram batizadas de: Coluna Prestes¹³ (com as delegações das regiões Sul e Sudeste); Coluna

10 O *Brasil de Fato* é um jornal articulado por movimentos sociais que fazem parte do espectro político definido por eles mesmos como “Campo Popular”, capitaneados pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), e que inclui o Movimento Brasil Popular (antes chamado de Consulta Popular), o Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB) e o Levante Popular da Juventude. Esses movimentos são responsáveis por compor um coletivo, chamado de “conselho político”, nas diferentes regiões onde o jornal é organizado.

11 O CPMídias foi criado em 2015 fruto da relação do MST com ativistas da área de tecnologia da informação. O projeto vinha sendo concebido desde 2013 com o objetivo tanto de oferecer suporte aos movimentos sociais parceiros quanto para formação de militantes na área da comunicação. Além disso, o projeto também passou a englobar o site *Brasil de Fato*, como um núcleo de referência. O local acumula a maior parte dos profissionais de comunicação de todo o sistema *Brasil de Fato* e também relações desiguais de investimento e remuneração.

12 Minha aproximação com o jornal e com o grupo de movimentos sociais que o organiza teve início em 2016, quando fui contratada como jornalista para compor uma das redações localizadas no Rio de Janeiro. Em 2017 iniciei o doutorado e, no ano seguinte, em 2018, a pesquisa de campo, que se estendeu até 2022, quando defendi minha tese. A vinculação, portanto, ultrapassou a relação de trabalho e militância para também ser estabelecida através da construção da pesquisa etnográfica, marcada pela imersão densa e diversos desafios éticos, teóricos e metodológicos que discuto em profundidade no artigo (Fragoso, 2024b) e também no livro (Fragoso, 2024a) referidos.

13 A Coluna Prestes foi um movimento revolucionário tenentista que ocorreu no Brasil entre 1925 e 1927, liderado

Ligas Camponesas¹⁴ (com as delegações da região Nordeste) e Coluna Tereza de Benguela¹⁵ (com as delegações das regiões Centro-Oeste e Amazônica). Cada coluna tinha como ponto de partida uma cidade diferente: Luziânia (GO), Formosa (GO) e Engenho das Lages (DF). Todas as cidades estão distanciadas a 50 quilômetros da capital federal e localizadas nas direções das rodovias principais que ligam cada região do país à Brasília, no empenho de dar ao protesto uma representação não só “popular”, mas também de abrangência nacional.

A minha responsabilidade era distribuir e acompanhar o trabalho dos repórteres que compunham o setor de comunicação da Coluna Tereza de Benguela, um grupo de cerca de 10 profissionais não só do *Brasil de Fato* mas também de outros veículos alternativos parceiros. Foram cinco dias de caminhada, com início em 10 de agosto. Além do percurso diário de 10 quilômetros a passos lentos ao longo das rodovias, uma sequência determinada marcou o trajeto das colunas: a caminhada em fileiras e os horários seguidos à risca para despertar, comer, descansar e montar e desmontar os acampamentos provisórios na beira da estrada.

A estrutura de trabalho também era bem determinada: 11 equipes com coletes de diferentes cores que tinham a função de cuidar da limpeza, da segurança, da alimentação, da saúde, da comunicação, da água, da programação, entre outras atividades que garantiam a “organicidade” da marcha, nas palavras dos militantes. A “organicidade” é uma categoria nativa utilizada para tratar do modo organizativo do MST, que envolve disciplina, comprometimento com acordos coletivos, disponibilidade com as tarefas propostas e “espírito de sacrifício” ao que é proposto pelo movimento através de um regimento interno, que organiza compromissos firmados entre a militância com cada grande atividade, como a marcha, conforme detalho mais a frente neste texto.

A equipe de segurança era uma das que tinha maior número de colaboradores. Seus membros revezavam durante todo o dia, com reforço especial nas madrugadas. Isso porque uma das preocupações principais ratificadas pelas lideranças girava em torno da segurança dos acampamentos. Havia uma análise compartilhada nos espaços coletivos de que o país passava por uma crise política com a prisão de Lula e que a sociedade se reorganizava em torno da

por Luís Carlos Prestes e Miguel Costa. O objetivo era derrubar a República Oligárquica e promover mudanças políticas e sociais.

14 As ligas camponesas foram associações de trabalhadores rurais criadas inicialmente no estado de Pernambuco, posteriormente na Paraíba, no estado do Rio de Janeiro, Goiás e em outras regiões do Brasil, que exerceram intensa atividade no período que se estendeu de 1955 até a queda de João Goulart em 1964.

15 Tereza de Benguela, ou “Rainha Tereza” como ficou conhecida em sua época, viveu no século XVIII no Vale do Guaporé, no Mato Grosso. Ela liderou o Quilombo de Quariterê, após a morte de seu companheiro, José Piolho, morto por soldados. Segundo os registros históricos, comandou a estrutura política, econômica e administrativa da comunidade até ser presa e morta pela Coroa portuguesa em 1770. Sua figura foi resgatada como exemplo de resistência pelo movimento negro e outros movimentos sociais.

polarização que se acirrava a cada dia: de um lado estavam os apoiadores do ex-presidente, que se colocavam em um espectro político progressista e/ou de esquerda, e de outro os que se posicionavam em contrariedade a Lula, o PT e seus valores, que se colocavam no espectro da direita e/ou extrema-direita. Com esse crescente clima de animosidade entre polos opostos, os organizadores da marcha expressavam um temor em torno de possíveis represálias ou ataques inesperados aos “marchantes”.

Portanto, nas reuniões, os comunicados chamavam atenção de que era necessário tomar cuidado com o que seria compartilhado nas redes sociais em torno da identificação dos participantes, dos detalhes exatos da localização dos acampamentos e de postagens com posicionamentos que poderiam comprometer o MST. Além disso, os participantes também eram orientados a não deixar os espaços dos acampamentos próximos às cidades, a não ser que fosse estritamente necessário e sempre acompanhados em grupos.

Além de estarem atentos aos compromissos colocados e ao trabalho específico assumido em determinada equipe de trabalho, os “marchantes” tinham como a tarefa comum acordar todos os dias às 5h da manhã, desmontar a barraca em até 30 minutos, ingressar na fila do café e comer em até 30 minutos, deixar as barracas e as mochilas com a equipe de infraestrutura e incorporar uma das fileiras para que a marcha começasse o trajeto às 6h30. No ponto de chegada, a equipe de infraestrutura montava as tendas e a estrutura do novo acampamento, enquanto a equipe de alimentação servia o almoço por volta de meio-dia. O período da tarde era de trabalho para algumas equipes ou de participação em algum dos “espaços de formação”, em que eram ministrados cursos ou organizadas mesas de discussão. As reuniões das equipes de trabalho aconteciam a partir das 16h, e o jantar era servido às 18h30. O barulho no local das barracas só era permitido até às 22h. Todos os horários eram cumpridos à risca e estavam estabelecidos na cartilha, o Caderno do Marchante, distribuída no início da caminhada junto com um kit composto por uma camiseta vermelha, que estampava o nome da marcha “Lula livre”, um boné do MST, um copo de plástico, um bloquinho de anotações, uma caneta e uma bolsa de pano.

Com a Coluna Tereza de Benguela, saímos de Engenho das Lages, localizada no entorno de Brasília, até a capital do Distrito Federal. Durante o percurso, lembro de sentir dores de cabeça todos os dias pelo sol quente e de ir até a tenda da equipe de saúde quando chegávamos ao destino para descansar. A maior parte dos atendimentos da tenda era justamente para dores de cabeça e para o tratamento de bolhas e calos causados principalmente pela caminhada com chinelos de dedo. Ao contrário dos casos recorrentes, terminei o percurso sem machucados nos pés: estava protegida com botas de trilha, compradas especialmente para a ocasião.

No entanto, sem dúvidas, o maior desconforto — para mim e meus colegas jornalistas — eram os banhos. Só era permitido um balde por pessoa no dia. Mulheres eram separadas dos

homens por estruturas de alumínio que formavam grandes “boxes” compartilhados por cada gênero. Com o passar dos dias, tínhamos o desafio de aprender a racionar a água para que fosse suficiente para lavar os cabelos e o corpo.

Durante o percurso da caminhada, um caminhão de som comandado pela equipe de comunicação reproduzia reportagens em áudio e divulgava informações para a “companheirada” sobre a organização e o percurso da marcha. O caminhão também reproduzia canções, as mesmas da Marcha de 1997, conforme diziam os militantes ao microfone. As letras também estavam escritas no Caderno do Marchante, mas ao final do primeiro dia de caminhada não era difícil ressoar sem precisar da leitura: “esse é o nosso país, essa é a nossa bandeira: é por amor a essa pátria Brasil, que a gente segue em fileira”.

O caminhão de som era a parada certa para os jornalistas, mesmo os que não precisavam estar ali. Ao longo dos dias, nos tornamos piada entre os marchantes: “os laranjinhos [cor dos coletes da equipe de comunicação] não caminham nada”. Eu e alguns poucos colegas fizemos questão de caminhar o percurso todo e não pegar carona no caminhão. Era uma tentativa de não evidenciar ainda mais as diferenças e os privilégios. Eram comuns, entre o nosso grupo, algumas preocupações que se colocavam: estávamos na marcha, como trabalhadores e militantes, mas não éramos propriamente militantes. Estávamos na mesma situação que os demais, comendo a mesma comida, dormindo no mesmo chão, mas em condições e pontos de partida diferentes.

No asfalto, enquanto marchava, ou fazia uma entrevista, ou tirava fotos, me deslocava diversas vezes entre as fileiras de pessoas, indo e voltando para alcançar de novo o passo da caminhada. Às voltas, escutava intervenções preocupadas que vinham dos que caminhavam: “toma água, menina”, “coitada, vai para a sombra, branquinha”, “será que aguenta até lá?”. Eram marcas expressas da diferença, mesmo com todos os esforços ingênuos de minha parte e de meus colegas para disfarçar. De alguma forma, elas explicitavam que, embora o ponto de chegada pudesse ser o mesmo, os pontos de partida eram distintos porque nossa inserção social, racial e ocupacional era outra. No entanto, a ideia da organização da marcha, ao nos integrar dessa maneira, era justamente escancarar as diferenças, também como parte do “processo formativo” de militantes, conforme detalho mais à frente neste artigo.

Ao final do quinto dia, chegamos a Brasília e nos encontramos com as outras duas colunas que se deslocaram de outras cidades. Nossa penúltima caminhada saiu da rodoviária da cidade, passando pela Esplanada dos Ministérios, Palácio do Planalto até o Ginásio Nilson Nelson. Lá, encontramos militantes e apoiadores de diversas localidades do país, que se deslocaram de ônibus até Brasília para “dar mais corpo” à marcha. Após o encontro e o almoço coletivo realizado no Ginásio, seguimos novamente em caminhada, desta vez, a última, para compor um grande ato em frente ao Tribunal Superior Eleitoral (TSE) para o registro da candidatura de Lula, no último dia estipulado como prazo.

Enquanto uma comissão se deslocou ao TSE para os trâmites burocráticos, no alto do caminhão de som, ao lado de militantes de diversos movimentos sociais e representantes de sindicatos, personalidades da política institucional, como Gleisi Hoffmann, Fernando Haddad, Manuela D'Ávila, João Pedro Stédile, repetiam em seus discursos que a prisão de Lula era injusta e contrária à vontade popular. No gramado, os marchantes seguravam faixas gigantes e bandeiras, enquanto vestiam camisetas e máscaras com o rosto de Lula.

Em meados do mês de agosto de 2018, logo após a marcha e o registro da candidatura, Lula liderava com folga a disputa eleitoral nos cenários projetados pelas pesquisas de opinião. Na segunda posição figurava Jair Bolsonaro¹⁶, representante da extrema-direita que disputava sua primeira eleição presidencial, com menos da metade dos pontos alcançados por Lula. Com a pontuação nas pesquisas e o histórico dos mandatos parlamentares, o adversário era avaliado pelo MST como um personagem do baixo clero, sem grande expressão na política nacional. “Apesar de fazer barulho, não ganha um cargo majoritário, muito menos para a Presidência”, diziam as análises feitas pelas lideranças do movimento.

O cálculo feito pelo PT — e endossado pelo MST — era de que o candidato indicado por Lula, “qualquer um que ele colocasse a mão no ombro”, como comentavam as lideranças, teria a projeção de votos transferida com pequeno desconto, mas ainda assim assumindo a dianteira das intenções de voto. Como Bolsonaro não era considerado como um adversário político de peso, mas um radical fora do páreo, a diferença entre os dois se manteria tanto em primeiro quanto em eventual segundo turno. Neste momento, as análises sobre o cenário político alinhavadas pelo MST tinham como estratégia diferenciar os apoiadores dos opositores do PT, posicionados ao lado do conservadorismo e da extrema direita. Dessa maneira, Bolsonaro e o bolsonarismo não eram ainda os principais alvos de diferenciação — como se tornaram pouquíssimo tempo depois.

No início do mês de setembro, veio a decisão do TSE que impugnou a candidatura de Lula e um novo cenário eleitoral foi desenhado. Além da ausência de Lula e da baixa transferência de seus votos para seu vice, Fernando Haddad, logo em seguida, na esteira dos acontecimentos, Bolsonaro foi vítima de um ataque à faca¹⁷. Esses fatores, somados a diversos outros, foram

16 Deputado federal pelo Rio de Janeiro desde 1991, Jair Bolsonaro era cotado como pré-candidato ao cargo mais alto da República desde 2016. Em 22 de julho de 2018, sua candidatura foi oficializada em convenção nacional do Partido Social Liberal (PSL). Também militar, Hamilton Mourão, do Partido Renovador Trabalhista Brasileiro (PRTB) compôs a vice na chapa, em uma coligação batizada de Brasil Acima de Tudo, Deus Acima de Todos.

17 No dia 6 de setembro, em evento de campanha ocorrido em Juiz de Fora, Minas Gerais, o candidato foi vítima de um ataque a faca. Acertado no abdômen, Bolsonaro passou por uma cirurgia no mesmo dia. Um homem chamado Adélio Bispo de Oliveira foi identificado como o autor do crime. Ele declarou que agiu “a mando de Deus” e, depois de preso, investigado e julgado, Adélio foi considerado inimputável — a pena foi substituída por internação por tempo indeterminado, segundo informações publicadas pela *Agência Pública* (Veiga; Domenici, 2025).

apontados por análises políticas veiculadas na mídia nacional como responsáveis por catapultar o candidato da extrema-direita para a primeira colocação nas pesquisas de opinião de modo isolado.

Já em meados do mês de outubro, poucos dias antes das Eleições, Gilmar Mauro, uma das lideranças do MST, daria uma entrevista publicada no portal do movimento (Lima, 2018a) expressando uma versão mais verossímil do que classificou como uma crise política instaurada no país que não estaria resumida e não se encerraria com o resultado das urnas. “As eleições não encerram a polarização da sociedade brasileira, mas obviamente que para os progressistas, não tenhamos nenhuma dúvida, a eleição de uma ‘fascistoide’ [Bolsonaro] vai gerar inúmeras dificuldades a nós e ao futuro do nosso país”, afirmou.

O desenrolar dessa história é conhecido: o MST e o PT erraram feio na projeção inicial. Bolsonaro foi eleito em segundo turno com 57 milhões de votos e, com ele, institucionalizada uma forma extremamente conservadora de fazer política, marcada por flertes com o fundamentalismo religioso, controvérsias e retrocessos para o país. A disputa eleitoral e o seu posterior resultado deixariam claro o acirramento do contexto de polarização, expresso diretamente nas figuras Lula e Bolsonaro, mas não resumido a eles, que o país estaria mergulhado nos anos subsequentes. Assim como Marshal Sahlins (2003) argumenta, um acontecimento não é somente um evento no mundo, mas é a relação entre um evento e um dado sistema simbólico e, ainda que tenha propriedades “objetivas próprias”, é a sua significância que concede seu efeito. Neste caso, o resultado eleitoral e seus desdobramentos apontaram, sobretudo, efeitos antagônicos, como vitória e derrota, indignação e esperança, confiança e desconfiança.

Tanto o distanciamento entre a projeção e o resultado das eleições, esperado pelos apoiadores de Lula, quanto o crescimento do apoio à Bolsonaro e o estabelecimento do bolsonarismo, do outro lado, podem ser pensados no que Fabio Reis Mota (2021, 2024) chama de “razão cismática” em que fatos, provas e argumentos válidos são considerados somente quando decorrem das “ilhas de entendimento” que fazem parte.

O resultado disso é o ensimesmamento e a obstrução dos canais e vias comunicativas entre partes diferentes e antagônicas concernidas nas dinâmicas sociais. [...] o outro-diferente reforça, no mundo da razão cismática, o sentimento de pertencimento e vínculo a um universo de concepções de mundo que é “meu” e que se opõe radicalmente ao mundo do “outro”. Impermeabiliza-se as possibilidades de negociar e convergir sobre os “fatos” e “verdades” entre partes polarizadas (Mota, 2024, online).

Nesse sentido, no lugar de posições divergentes, há a polarização e ruptura entre concepções e visões de mundo. Por isso o diferente se torna uma ameaça e fica no lugar extremo oposto. Assim, vitória e derrota, confiança e desconfiança, indignação e esperança participam neste caso da construção de identidades políticas que se localizam em polos antagônicos e

polarizados.

SIMBOLIZAR O “APOIO POPULAR”

Desde quando começou a ser orquestrada, a marcha teve por objetivo não apenas representar o apoio político do MST a Lula, mas a pretensão também de simbolizar um “apoio popular” ao ex-presidente. Meses antes de a mobilização acontecer, o MST divulgou reportagens em seu portal e no jornal *Brasil de Fato* anunciando que a marcha estava sendo organizada. No mesmo texto, compartilhou dados produzidos por pesquisas de opinião do período, destacando que mesmo após a prisão Lula venceria as eleições à Presidência da República contra qualquer um dos pré-candidatos. Segundo pesquisa do Instituto Vox Populi, uma das referenciadas nas reportagens (Lula, 2018), 41% dos brasileiros consideravam que Lula foi condenado sem provas, 59% achavam que a prisão foi política e 58% consideravam que ele tinha o direito de ser candidato à presidência, em levantamento realizado em abril de 2018.

Nesse sentido, a construção narrativa apresentada nos textos apontava que a representação produzida pela marcha sobre o “apoio popular” seria em torno dessa parcela da população - que nas pesquisas despontava como majoritária e se posicionava a favor de Lula. Essa projeção seria feita a partir da imagem dos acampados, assentados e militantes do movimento, que seriam responsáveis por retratar a maior parte da população mais vulnerável e empobrecida do país, no jargão dos movimentos sociais: o “povo”.

Além da imagem projetada, como forma de “comprovar” esse apoio, durante a mobilização e depois dela, o material divulgado pelo MST, nas redes sociais, em seu site oficial e também no *Brasil de Fato*, apontava os números que a marcha teria conseguido alcançar. Os textos, imagens e vídeos destacavam os quilômetros percorridos pela marcha; o número de marchantes, suas idades com destaque especial para a grande presença de jovens; os diferentes estados de origem das pessoas que participaram; a quantidade de equipes de trabalho; o tamanho da infraestrutura montada durante cinco dias de mobilização; além da quantidade de material impresso, incluindo edições do jornal *Brasil de Fato*, distribuído nas cidades por onde a marcha passou. Ou seja, os textos, imagens, vídeos e áudios chamavam a atenção para as grandes proporções atingidas pela marcha, tendo como referência a Marcha de 1997.

Enquanto o MST publicizava os grandes números, os veículos de comunicação da grande mídia¹⁸ projetavam quantidades muito menores, diminuindo o tamanho da mobilização.

¹⁸ “Grande mídia” é o termo utilizado para designar os veículos de comunicação de grande circulação. O *Brasil de Fato* publicou em 2019 um editorial em que se opõe a essa denominação. No texto, o veículo defende que o termo “grande mídia” pode ser associado ao que é bom, importante e sério. Dessa maneira, coletivos, organizações

Na reportagem “Marcha pró-Lula reúne 10 mil pessoas para registro de candidatura” (Barbosa; Maia, 2018), publicada pelo portal *Uol*, assim como o título destaca e o texto detalha, a Polícia Militar do Distrito Federal estimou em 10 mil o número de manifestantes no dia final da marcha, em que foi realizado o registro da candidatura de Lula no TSE. O MST, por sua vez, através da assessoria de imprensa informou à reportagem que havia cerca de 30 mil pessoas no ato, segundo aponta o texto.

Em outra reportagem (Manifestantes, 2018) publicada pelo portal *GI*, com o título “Manifestantes pró-Lula fazem ato em frente ao TSE, no DF, para apoiar candidatura”, o texto destaca que a PM estimou que cerca de 10 mil pessoas participaram do ato final da marcha, enquanto a assessoria de imprensa teria estimado um número ainda maior do que na reportagem anterior: cerca de 50 mil pessoas. No site do MST, por sua vez, outro texto publicado sobre a marcha destaca os mesmos 50 mil (Lima, 2018b) que teriam sido informados à reportagem do *GI*.

Tanto a repercussão midiática quanto a produção de comunicação feita pelo MST e o *Brasil de Fato* durante a marcha foi avaliada publicamente pelas lideranças do movimento como positiva, em reunião realizada no encerramento das atividades em Brasília. Além do material enviado à imprensa, foram feitas diversas reportagens em texto, vídeo e áudio, publicadas no *Brasil de Fato* e no site do MST, além de uma extensa programação ao vivo mantida na rádio online transmitida pelos dois sites e outras dezenas de *lives* nas redes sociais realizadas durante os dias de mobilização.

Nos bastidores, no entanto, os comentários de militantes e lideranças giravam em torno do incômodo com a baixa aderência dos veículos de comunicação da grande mídia na cobertura da mobilização, mas sobretudo com o inconveniente dos números publicados, muito abaixo dos que haviam sido divulgados oficialmente pelo MST. Isso porque na visão desses militantes e lideranças, a representação de “apoio popular” a Lula, que era um dos objetivos da marcha, seria medida principalmente através dos números, uma vez que estaria remetida à ideia de coletivo, de massa, de grande grupo de pessoas e, principalmente, de “povo”, ou seja, a uma imagem construída em torno do que seria “popular”.

Como parte das análises que desenvolvi em minha tese de doutorado (Fragoso, 2024a), discuto a noção de “classe trabalhadora” utilizada pelo MST para definir um público-alvo ao *Brasil de Fato*. Neste caso, “classe trabalhadora” é uma categoria nativa manejada pelos militantes como sinônimo de “povo”, “trabalhadores” e “classes populares”. Essa “classe

e pessoas que criticam o comportamento desse tipo de mídia, mas a nomeiam dessa forma, acabam fazendo um elogio. O texto defende que esses veículos sejam chamados de “imprensa tradicional” ou “mídia hegemônica”. O editorial foi escrito após uma reunião em que militantes dos movimentos sociais e editores destacaram a importância de marcar a oposição existente entre os veículos tradicionais e o *Brasil de Fato*.

trabalhadora” a que o jornal se direciona aponta para um sujeito específico porque não se trata de qualquer trabalhador, ele tem a “cara de trabalhador”, segundo afirmaram meus interlocutores de pesquisa. De modo mais aprofundado, as caracterizações demonstram que não se trata da “cara” de forma literal, mas de um conjunto de informações e observações que incluem o comportamento, a expressão facial e corporal, a vestimenta, os objetos carregados, e a atitude diante da entrega do jornal. Nesse sentido, existe um conjunto de observações feitas por militantes e as lideranças políticas do MST que enquadram pessoas no grupo de trabalhadores com “cara de trabalhador”. Há uma noção compartilhada, de modo geral, de que são pessoas de baixa renda, em maioria negras, trajando roupas simples.

Seja através da “classe trabalhadora”, “trabalhadores”, “povo” ou do almejado “apoio popular”, o MST projeta uma imagem que pretende representar. Na fala das lideranças, nas canções, nas palavras de ordem entoadas durante a marcha, essa representação torna-se recorrentemente exemplo imediato: “o povo na rua conquista direitos”. Nesta perspectiva, também argumentada por Chaves (2000), a rua aparece como o lugar da ação política do “povo” e, portanto, deve ser ocupada pelos trabalhadores organizados. O movimento, então, se coloca como responsável por essa “organização” e, por consequência, como quem mobiliza e representa o “povo”, portanto, quem conquista e maneja o “apoio popular”.

Em sua pesquisa sobre a Marcha de 1997, Chaves (2000) destaca ainda que a mobilização obteve sucesso ao ser reconhecida como legítima pela população, causando identificação e conquistando apoio por muitos lugares por onde passou.

O sucesso externo que a Marcha Nacional ia alcançando, já perceptível em sua segunda semana através do reposicionamento dos atores envolvidos na cena política, era em certa medida o corolário do êxito da Marcha no seu percurso paulatino e de sua capacidade de coerentemente aglutinar em torno da reforma agrária um conjunto diversificado de insatisfações e descontentamento social, dando-lhes uma expressão contundente e sistemática, ao mesmo tempo que socialmente aceitável. De forma ordeira, a Marcha Nacional expressava contestação e protesto social e conferia-lhes um sentido político mais abrangente, aparentemente desvinculado de interesses imediatos de poder, comumente associados aos agrupamentos partidários, objeto de desconfiança e descrédito por parte de larga parcela da população (Chaves, 2000, 201).

Esse êxito da Marcha de 1997 descrito pela antropóloga não se repetiu da mesma maneira com a Marcha de 2018. Por onde a mobilização passou, não aconteceram movimentos de identificação e legitimação. Nas redes sociais, por sua vez, as manifestações a favor eram produzidas majoritariamente por quem era partidário de Lula, do PT e/ou do MST. Nesse sentido, essa representação em torno do que seria o “apoio popular” se mostrou mais pautada na memória e poder de mobilização que o movimento havia alcançado em períodos anteriores, do que propriamente sobre o contexto da edição mais recente da marcha. Por isso também a

remissão à Marcha de 1997 era feita de forma repetida. Conforme procurei argumentar ao longo deste item, o “apoio popular” trata-se de um cenário produzido no âmbito da representação, da projeção e do manejo da imagem política construída pelo movimento em torno do vínculo com Lula e o PT e em oposição à extrema-direita.

“CONFIAR NAS DECISÕES POLÍTICAS”

Outra dimensão simbólica expressa através da experiência da marcha diz respeito à organização estrutural do MST, pautada no compromisso com a própria sociabilidade do movimento, que demanda continuamente a reafirmação do engajamento militante como garantia da “confiança” e alimenta sua “mística” de funcionamento. Conforme argumenta Chaves (2021), no MST a mística é ao mesmo tempo um valor, uma prática ritual, um “princípio organizativo” e um “método de trabalho de base”, portanto, os rituais construídos por meio dela têm como característica serem redundantes do ponto de vista de performar sobre situações favoráveis ou adversas da “luta” pela terra (Comerford, 1999; Loera, 2014). Assim como lembra a autora, as ações produzidas através da mística se adaptam às circunstâncias assumindo características dramáticas ou festivas, com conteúdos de alegria e celebração ou de revolta e indignação. Dessa forma, uma série de símbolos e elementos são inseridos nos contextos de mobilizações, atos, reuniões, festividades para expressar narrativas de triunfo, mas também de “sofrimento”, de “resistência”, de “engajamento”, conforme também já discuti em artigo anterior (Fragoso, 2024c).

Na Marcha de 2018, as lideranças do movimento responsáveis pela organização da mobilização fizeram a escolha de remeter a nomeação das colunas às histórias de resistência em torno das Ligas Camponesas, de Tereza de Benguela e da Coluna Prestes, como mencionei anteriormente. A ideia era que cada divisão da marcha estivesse homenageando essas histórias, que se relacionam, em resumo, com mobilização de trabalhadores rurais em torno da luta pela terra, com resistência quilombola ao regime escravocrata e com contestação à organização oligárquica da República Velha e demanda por reformas sociais e políticas. Essas escolhas têm a ver com uma intencionalidade do movimento em se vincular com o que pretendem simbolizar, remetendo, portanto, à “luta por direitos e luta por uma sociedade mais justa e mais fraterna”, como ratificam como “missão” em um texto de apresentação, disponível no seu site¹⁹.

A “mística”, neste caso, está expressa na vinculação às histórias de resistência e projetada através do que é apresentado como missão do movimento e também do que são

19 A descrição pode ser acessada em: <https://mst.org.br/nossa-historia/inicio/>. Acesso em: 11 maio. 2026.

descritos como objetivos da marcha, conforme fica evidente no seguinte trecho do Caderno do Marchante:

Estamos deixando nossas famílias e as roças e desafiando nosso próprio corpo marchando por centenas de quilômetros para dar visibilidade à luta por nosso projeto político. Chegaremos à Brasília no dia 15 de agosto, exigindo a liberdade de Lula e seu direito a ser candidato a presidente [...]. Marchamos para que a Justiça e a sociedade reconheçam que Lula é inocente e tem o direito a se submeter ao processo eleitoral expresso pela vontade popular em todos os institutos de pesquisa. Marchamos pela defesa dos direitos da classe trabalhadora: moradia, trabalho, saúde, educação, previdência social (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, 2018, p. 5).

Dessa forma, a “mística” criada pelo movimento, por meio de seu caráter ritual, ao acionar crenças culturais essenciais, ou seja, concepções fundamentais a um determinado universo social, evoca e reafirma valores, símbolos, princípios e ideais (Tambiah, 1985; Chaves, 2021), tendo como papel contribuir com a construção narrativa em torno da “luta” coletiva. As vinculações, objetivos, tarefas, atividades e o comprometimento expressos através da “mística” da marcha são colocados como uma oportunidade de “formação” de militantes por meio da aproximação com a “organicidade” do MST. Nesse sentido, a disciplina em relação aos horários, a disponibilidade para cumprir as tarefas e o “espírito de sacrifício” em relação à marcha não servem apenas para a organização e a unidade da mobilização, mas também como metodologia disciplinar das bases²⁰ e da militância, que ensina uma forma de agir e se portar nos acampamentos, nos protestos e também na dinâmica cotidiana do movimento, portanto, explicita a sociabilidade construída pelo MST.

Essas formas compartilhadas de conviver nos espaços produzidos pelo movimento não são ensinadas e aprendidas apenas através da observação, da conversa e da experiência, mas também estão expressas por escrito em formato de um regimento interno, que sofre adaptações a cada atividade. No caso da Marcha de 2018, o regimento foi incluído no Caderno do Marchante, em formato de uma lista de itens que deveriam ser cumpridos como obrigações durante a mobilização, conforme reproduzo a seguir:

- A) Respeitar as pessoas que conviverão conosco durante a marcha. Dar atenção aos que tiverem dificuldade com enfermidades, ferimentos etc;
- B) Participar ativamente de todas as atividades. Não rejeitar tarefas e ser os primeiros a se prontificar em cumpri-las. Todos devem cumprir as tarefas práticas sempre que forem convocados;
- C) Respeitar e cumprir todas as normas e acordos coletivos estabelecidos;
- D) Respeitar a organização interna da marcha: coordenadores, setores e dirigentes;
- E) Cumprir os horários determinados pela marcha, principalmente de silêncio, reuniões

20 “As bases” é o termo utilizado por militantes do MST para se referir aos acampados ou assentados. Ou seja, são os sujeitos aos quais o movimento se dedica para “organizar” dentro de suas diretrizes políticas.

- e horários de iniciar a marcha diária;
- F) Evitar caminhar em separado da marcha. Isso acarreta problemas e perigos;
 - G) Todos devem caminhar. A impossibilidade deve ser atestada pela equipe de saúde e comunicada aos coordenadores;
 - H) Assumir a responsabilidade para o fato de que cada um não está marchando como indivíduo e sim como organização;
 - I) Ter cuidado redobrado com a segurança da marcha, por isso não ofender ninguém, mesmo que nos ofendam devemos ser pacientes. Não cair em provocações;
 - J) Conversar educadamente com as pessoas, independente da sua posição política. Respeitar a cultura, os costumes, os valores das pessoas;
 - K) Desenvolver as atividades de propaganda de forma agradável, procurando servir e atender a sociedade. Cuidar da natureza, tendo cuidado especial com o lixo (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, 2018, p. 11-12).

No item H, o texto chama a atenção para que na marcha o participante não estivesse caminhando como um indivíduo, mas sim como parte de uma organização, por isso, com comprometimento de respeitar e cumprir os acordos coletivos, além de aceitar o que está sendo determinado pelas lideranças do movimento. Dessa maneira, fica evidente que a ordem disciplinar, que mantém as regras e a organização, é elemento estruturante da mobilização e para se tornar parte da mobilização. Por isso, como diziam os militantes e lideranças, durante a marcha, é preciso se “atentar ao regimento” e “confiar nas decisões políticas”.

Nesse sentido, ao apresentar o modo de funcionamento do MST, a “mística”, o regimento interno, os acordos também têm como papel apontar a “confiança” como elemento fundamental para a estrutura do movimento. Isso porque, como já argumentei em outros trabalhos (Fragoso, 2024a, 2024c), é através do “engajamento” e do “comprometimento” com a “luta” que se conquista a “confiança” para passar a integrar as redes de sociabilidade e de informação que organizam o movimento por meio de uma estrutura hierarquizada.

No entanto, o que pretendo evidenciar neste artigo é que para garantir o funcionamento dessa estrutura, é preciso que a base e a militância não apenas sejam incluídos nessas redes através da construção das relações de “confiança”, mas também que eles próprios confiem na ação coletiva, no modo de funcionamento e nas “decisões políticas” tomadas pelas lideranças, para que assim contribuam com tarefas e atividades orquestradas pelo MST. Portanto, para fazer com que as mobilizações funcionem dentro do planejado e que o movimento garanta seu funcionamento.

Dentro da estrutura do MST, há um núcleo duro que preside a coordenação nacional, formado por lideranças históricas do movimento. Para a tomada de “decisões políticas”, ou seja, escolhas que traçam os caminhos, atividades e objetivos da militância, há uma discussão dentro desse núcleo e o repasse dessa deliberação para as coordenações a partir de suas representações sucessivas. Portanto, apesar de a estrutura fomentar, na teoria e na prática, os espaços de discussão e debate, as deliberações centrais obedecem à hierarquia. Por isso, é necessário que

seja construída a ideia de que o caminho apontado é o melhor para o coletivo.

Isso quer dizer que se “atentar ao regimento” e “confiar na decisão política” dos coordenadores e lideranças é colocar em prática o que foi demandado. A “confiança”, portanto, é também estabelecida na garantia de que o trabalho, recebido como tarefa, vai ser desenvolvido sem grandes discussões ou tentativas de alterar o que foi planejado. “Confiança” de que os militantes e a base recebam essas tarefas e apresentem soluções práticas de desenvolvimento para elas. Assim, não é esperado que os militantes e as bases apresentem argumentos contrários que degenerem as regras do regimento interno e os planos que têm status de “decisão política”, pois pressupõe-se que foram “formados” para compreender a relevância das linhas de trabalho estabelecidas e também em certa disciplina de reconhecimento da hierarquia. Afinal, quando se trata de uma “decisão política”, não existe espaço para discussão, somente para cumprir a tarefa dada. Vale lembrar ainda que com base nesse modo organizativo, pelo qual há uma série de pautas que devem ser obedecidas, a confiança não é unilateral, mas requer um movimento de ambas as partes. É na relação das provas que se conquista a confiança e não na mera obediência.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Marcha de 2018 condensou uma complexidade de dimensões e sentidos sobre o contexto político que se desenhou no país de maneira mais incisiva a partir daquele ano com a eleição presidencial e a ascensão da extrema-direita ao poder Executivo. A manifestação não foi construída em torno das pautas históricas do MST, mas sim para marcar “apoio político” à Lula e ao PT e ratificar a oposição ao crescimento do conservadorismo, que culminou na eleição de Bolsonaro à Presidência da República, portanto se inscrevendo em um campo de antagonismos, pautado na afirmação da diferença e na polarização, que foi responsável por reorganizar o espaço político brasileiro nos últimos anos.

Com a mobilização, o exercício de diferenciação feito pelo MST foi desenhado entre apoiadores e opositores de Lula, no entanto, pouco tempo depois, ainda no período eleitoral, o discurso em torno da polarização seria transformado para passar a se conformar diretamente nas figuras Lula e Bolsonaro, ainda que não esteja resumido às duas lideranças. Dessa maneira, descrever e analisar a Marcha de 2018 é também tratar sobre um acirramento do embate entre forças políticas em que o país se encontra mergulhado até os dias atuais.

Além disso, a mobilização, assim como as outras marchas construídas pelo MST ao longo dos seus anos de existência, teve o papel de projetar a imagem pública do movimento e com ela sua expressão política. É através das ações coletivas, geralmente de forte impacto simbólico, que o MST se constitui como sujeito político. Com acampamentos à beira de estrada

ou em praças públicas, marchas, jejuns coletivos e declarações públicas, o movimento cria suas próprias narrativas. Portanto, essas manifestações podem ser entendidas como meios principais de atuação política do MST.

A Marcha de 2018 ainda foi responsável por revelar elementos e características estruturantes do movimento. Uma delas, que desenvolvi ao longo deste texto, é a dimensão simbólica construída em torno do “apoio popular”, mobilizado também como “povo”, “trabalhadores” ou “classe trabalhadora”, e representado na marcha por meio da reunião dos acampados, assentados e militantes do movimento, mas que não encontra necessariamente correspondência na diversidade de existências da parcela mais empobrecida da população brasileira, com seus múltiplos universos culturais, suas estéticas e suas gramáticas políticas.

Outra dimensão simbólica destacada neste artigo diz respeito à marcha em seu aspecto disciplinar da militância, como maneira de ensinar sobre a forma organizativa do MST. Nesse sentido, a marcha é parte de um processo formativo e aponta que, para ser integrado nas redes de sociabilidade do movimento, é preciso construir relações de “confiança”, mas não só, é preciso também “confiar” na ação coletiva, no modo de funcionamento e nas “decisões políticas” tomadas pelas lideranças.

Por fim, retomo o trecho de uma das canções entoadas durante a caminhada, já mencionada anteriormente neste texto, em que o MST afirma: “esse é o nosso país, essa é a nossa bandeira: é por amor a essa pátria Brasil, que a gente segue em fileira”. A canção enquanto uma das ferramentas da “mística” do movimento trata sobre o “espírito de sacrifício” e o comprometimento com a “luta” através do simbolismo construído pela marcha. A letra também diz muito sobre o que procurei argumentar ao longo deste artigo: o país, a bandeira e o objetivo de seguir em fileira fazem parte de um sistema de significação particular construído e projetado entre a militância do MST, pautado por uma pretensa representação do popular, que situa o movimento dentro do campo progressista e da esquerda e se coloca em lugar extremo oposto ao que o conservadorismo e a extrema-direita representam.

REFERÊNCIAS

1. ALENCAR, Francisco Amaro Gomes de; DINIZ, Aldiva Sales. MST – CEARÁ, 20 ANOS DE MARCHA. *Mercator*, Fortaleza, v. 9, n. 20, p. 133-148, 2011. Disponível em: <http://www.mercator.ufc.br/mercator/article/view/552>. Acesso em: 18 set. 2025.
2. BARBOSA, Bernardo; MAIA, Gustavo. Marcha pró-Lula reúne 10 mil pessoas para registro de candidatura. *UOL*, [s. l.], 15 ago. 2018. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/politica/eleicoes/2018/noticias/2018/08/15/marcha-pro-lula-chega-ao-tse-para-registro-de-candidatura-do-petista.htm?cmpid=copiaecola>. Acesso em: 18 set. 2025.

3. CALDART, Roseli. **Pedagogia do Movimento Sem Terra**. Petrópolis: Vozes, 2000.
4. CHAVES, Christine. **A Marcha Nacional dos Sem-Terra: um estudo sobre a fabricação do social**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 2000.
5. CHAVES, Christine. Rituais da Mística. A mística do MST e as aporias da ação coletiva. **Revista de Antropologia**, São Paulo, v. 65, n. 3, p. e197973, 2022. Disponível em: 10.11606/1678-9857.ra.2022.197973. Acesso em: 19 set. 2025.
6. CHAVES, Christine. Rituais da Mística. Fronteiras borradas entre política e religião. **Mana**, Rio de Janeiro, v. 27, p. 1-33, 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/mana/a/GhdKNHGkmzSycjN8HDnRXDr/?lang=pt>. Acesso em 19 set. 2025b.
7. COMERFORD, John. **Fazendo a luta: sociabilidade, falas e rituais na construção de organizações camponesas**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1999.
8. COSTA, Maria da Graça Silveira Gomes da; SCHWADE, Elisete. Discursos e feminismos em movimento entre a Marcha Mundial das Mulheres e o MST. **Revista Sociais e Humanas**, [s. l.], v. 25, n. 2, p. 221–230, 2012. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/sociaishumanas/article/view/2863>. Acesso em: 19 set. 2025.
9. FRAGOSO, Mariana Pitasse. **“Confiar, desconfiando”**: uma etnografia sobre confiança, política e informação em um jornal alternativo. Rio de Janeiro: Autografia, 2024a.
10. FRAGOSO, Mariana Pitasse. Jornalista, antropóloga ou nativa? Desafios éticos teóricos e metodológicos sobre múltiplas inscrições no campo de pesquisa. **Aceno - Revista de Antropologia do Centro-Oeste**, Cuiabá, v. 11, n. 27, p. 383-400, 2024b. Disponível em: <https://periodicoscientificos.ufmt.br/ojs/index.php/aceno/article/view/18384>. Acesso em: 20 set. 2025.
11. FRAGOSO, Mariana Pitasse. “Mais que uma ideia na cabeça”: mística, luta e confiança em torno do boné do MST. **Temáticas**, Campinas, v. 32, n. 63, p. 192-219, 2024c. Disponível em: <https://econtents.sbu.unicamp.br/inpec/index.php/tematicas/article/view/18490>. Acesso em: 20 set. 2025.
12. GEERTZ, Clifford. Uma descrição densa: por uma teoria interpretativa da cultura. In: GEERTZ, Clifford. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: Guanabara, 1989. p. 13-41.
13. LIMA, Wesley. “Este é o momento de tomar partido”: Há poucos dias das eleições, Gilmar Mauro, do MST, convoca os trabalhadores para luta nas urnas. **MST**, [s. l.], 3 out. 2018a. Disponível em: <https://mst.org.br/2018/10/03/este-e-o-momento-de-tomar-partido/>. Acesso em: 18 set. 2025.
14. LIMA, Wesley. Mais de 50 mil pessoas registram a candidatura de Lula e denunciam a retirada de direitos. **MST**, [s. l.], 15 ago. 2018b. Disponível em: <https://mst.org.br/2018/08/15/mais-de-50-mil-pessoas-registram-a-candidatura-de-lula-e-denunciam-a-retirada-de-direitos/>. Acesso em: 18 set. 2025.

15. LOERA, Nashieli. **Tempo de acampamento**. São Paulo: Editora UNESP, 2014.
16. LULA tem 39% das intenções de voto e poderia vencer no 1º turno, aponta Vox: Pesquisa encomendada pela Central Única dos Trabalhadores foi divulgada nesta segunda-feira (28). **Brasil de Fato**, [s. l.], 28 maio. 2018. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2018/05/28/lula-tem-39-das-intencoes-de-voto-e-poderia-vencer-no-1o-turno-aponta-vox/>. Acesso em: 18 set. 2025.
17. KUSCHNIR, Karina. Antropologia e política. **Revista brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 22, n. 64, 2007. Disponível em <https://www.scielo.br/j/rbcsoc/a/VpXXF58HsFyyWTyNBtVPbNx/?lang=pt>. Acesso em: 19 set. 2025.
18. LOERA, Nashieli. **Tempo de acampamento**. São Paulo: Editora UNESP, 2014.
19. MANIFESTANTES pró-Lula fazem ato em frente ao TSE, no DF, para apoiar candidatura. **G1**, [s. l.], 15 set. 2018. Disponível em: <https://g1.globo.com/df/distrito-federal/noticia/2018/08/15/manifestantes-pro-lula-marcham-em-brasilia-para-apoiar-registro-de-candidatura.ghtml>. Acesso em: 18 set. 2025.
20. MARTINS, Giovani. **O sol na cabeça**. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.
21. MOTA, Fabio Reis. Do indivíduo blasé aos sujeitos cismados: reflexões antropológicas sobre as políticas de reconhecimento na contemporaneidade. **Antropolítica, Revista Contemporânea de Antropologia**, Niterói, n. 44, p.124-148, 2018. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/antropolitica/article/view/41959/23883>. Acesso em: 12 mar. 2026.
22. MOTA, Fabio Reis. Terrenos movediços da razão: como a “razão cismática” reduz e opõe visões de mundo? **GGN**, [s. l.], 8 out. 2024. Disponível em: <https://jornalggn.com.br/cidadania/terrenos-movedicos-da-razao-por-fabio-reis-mota/>. Acesso em: 12 mar. 2026.
23. MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA. **Caderno do Marchante**. São Paulo, 2018.
24. SAHLINS, Marshal. **Ilhas de História**. Rio de Janeiro: Zahar, 2003.
25. STÉDILE, João Pedro; MANÇANO, Bernardo. **Brava gente**. São Paulo: Perseu Abramo, 1996.
26. TAMBIAH, Stanley. **Culture, thought and social action**. Cambridge: Harvard University Press, 1985.
27. TOLEDO, José Roberto; BILENK, Thaís. Penas de 159 anos para cúpula golpista são inéditas no Brasil. **UOL**, [s. l.], 12 set. 2025, A Hora. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/colunas/a-hora/2025/09/12/penas-de-159-anos-para-cupula-golpista-sao-ineditas-no-brasil.htm>. Acesso em: 18 set. 2025.
28. VEIGA, Edison; DOMENICI, Thiago. De candidato a condenado: os detalhes incômodos

da trajetória de Jair Bolsonaro. **Agência Pública**, [s. l.], 11 set. 2025. Disponível em: <https://apublica.org/2025/09/retrospectiva-jair-bolsonaro-completa-de-candidato-a-condenado/#2018>. Acesso em: 18 set. 2025.

Mariana Pitasse Fragoso

Pesquisadora de Pós-doutorado vinculada ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia da Universidade Federal Fluminense e ao Instituto de Estudos Comparados em Administração de Conflitos. Doutora em Antropologia pela Universidade Federal Fluminense. ID ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-4376-6140>. E-mail: marianapitasse@id.uff.br